

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RAMÉL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISLIUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTIANA UEMURA SAMPATO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Governo usa STF para emparedar o Congresso



Decisão do STF sobre a desoneração pode até ter servido como freio de arrumação, mas não será suficiente para reequilibrar contas públicas. Nesse debate, o governo precisa dar o exemplo

O governo espera que o acordo pela reoneração gradual da folha de pagamento para 17 setores da economia se torne um paradigma para o equilíbrio das contas públicas. Para o Ministério da Fazenda, o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o caso consolidou a tese segundo a qual é necessário apresentar formas de compensação de receitas em projetos de lei que resultem em perda de arrecadação ou aumento do gasto obrigatório.

Essa exigência já existe, para o Exe-

cutivo, na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), mas a equipe econômica quer que o Legislativo também seja obrigado a seguir a regra. Em tese, o governo precisa apresentar estimativas de cálculo sobre o impacto financeiro de cada proposta que autorize a criação de novas despesas ou a renúncia de receitas, bem como o que será feito para ressarcir as perdas, como aumento de impostos ou corte de gastos.

Na prática, não tem sido assim. Muitas vezes, o governo subestima o impacto das propostas que submete ao Congresso, conta com receitas improváveis

para compensar perdas mais do que certas ou simplesmente se abstém de propor qualquer medida compensatória na expectativa de que haja um excesso de arrecadação. Não é exclusividade do presidente Lula da Silva. Com Jair Bolsonaro, isso também ocorria quando se tratava de um projeto considerado prioritário para sua base.

Com o apoio explícito do STF no caso da reoneração, o governo entende que terá o poder de declarar a ineficácia de uma lei proposta pelo Congresso caso ela tenha sido aprovada sem a observância desses critérios. Mas há muitas dúvidas sobre a conveniência dessa estratégia. Em primeiro lugar, a desoneração da folha já estava em vigor havia mais de dez anos e não se caracterizava como uma medida nova que demandasse compensação.

Em segundo lugar, parte das obrigações do governo é construir uma base de apoio no Congresso. Declarar a ineficácia de uma lei e fazer do Supremo um mediador das disputas entre o Executivo e o Legislativo tende a tensionar ainda mais a relação entre os Três Poderes. A Corte não deveria se prestar a assumir esse papel.

Por óbvio, o Congresso pode responder à altura, e com igual beligerância. Assim que a Advocacia-Geral da União (AGU) ingressou com ação contra a desoneração no STF, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), cobrou do ministro Fernando Haddad a mesma austeridade que ele exigia do Congresso. “Qual é a proposta do governo, além de arrecadar? Qual é a proposta de corte de gastos para equilibrar as contas?”, questionou.

Pacheco tem razão. A decisão do STF sobre o caso da desoneração pode até ter servido como um freio de arrumação, mas não será suficiente para reequilibrar as contas públicas. Nesse debate, o governo precisa dar o exemplo, em vez de emparedar o Congresso via STF. A renúncia associada à desoneração não é o maior obstáculo ao alcance do déficit zero nem a razão pela qual o governo alterou as metas de 2025 e 2026.

Fato é que a maior parte dos gastos orçamentários está diretamente vinculada ao Executivo. Por mais que o Legislativo tenha abocanhado nacos cada vez maiores com as emendas parlamentares e o fundo eleitoral nos últimos anos, ele também deu aval a todas as medidas apresentadas pelo ministro para recuperar receitas no ano passado.

A continuar da forma como estão hoje, as despesas obrigatórias vão consumir todo o reduzido espaço dos gastos discricionários até 2028 – e não haverá receitas que deem conta disso. Com a maior parte do governo completamente refratária a discutir o assunto, o Congresso cada vez mais trabalha para que todas as suas emendas também sejam impositivas.

O fato de que a maioria das despesas orçamentárias tenha caráter obrigatório não diminui a responsabilidade do governo. Ao contrário. Isso só aumenta a necessidade de analisá-las com realismo, não para cortar gastos sem qualquer critério, mas para que conquistas da sociedade como a segurança e a assistência social e o acesso universal à saúde e à educação possam continuar a existir no futuro. ●

Marina, o vaso chinês de Lula

Popstar do ambientalismo, a ministra do Meio Ambiente tem o desafio de convencer o presidente de que pode ser mais do que um adorno simbólico que serve às ambições do presidente

Movidos entre o espanto, a tristeza e a solidariedade diante da tragédia que atinge o Rio Grande do Sul, muitas lideranças políticas parecem, enfim, ter acordado para a estreita relação entre catástrofes naturais e as mudanças climáticas. É o que a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, acertadamente chamou de “pedagogia do luto”: uma pedagogia dolorosa, ancorada no cenário de morte e prejuízos incalculáveis, a nos ensinar sobre o novo normal climático, no qual a escala do aquecimento global passa a tornar mais frequentes desastres como o que abalou o Sul do País.

Chama a atenção, no entanto, que a própria Marina se veja às voltas de uma contradição intrínseca ao governo do presidente Lula da Silva neste momen-

to. Popstar do ambientalismo e uma das lideranças que poderiam encabeçar os debates e as soluções, a ministra é também aquela que tem suas atribuições esvaziadas dentro do governo. Antes fosse um sinal de timidez e comedimento de Marina. Não é. É, isso sim, parte de uma deficiência crônica de Lula: é preciso pelo menos fingir que se interessa por uma questão que se tornou decisiva em todo o mundo, e a ministra do Meio Ambiente, com seu capital simbólico na área, é um ativo poderoso a ser usado em circunstâncias e fóruns especiais.

O novo capítulo desse enredo de desdramatização da ministra, restringindo-a à força do seu capital simbólico, foi escrito mais uma vez no Congresso, com o beneplácito do Palácio do Planalto. Conforme informou a *Coluna do Estadão*, em meio às discussões para socorrer o Rio

Grande do Sul, a Comissão do Meio Ambiente da Câmara resgatou um projeto que autoriza o uso dos recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima para enfrentamento a desastres naturais e reduz o peso da pasta de Marina, que seria obrigada a dividir a coordenação do manejo dos recursos com o Ministério do Desenvolvimento Regional. A proposta tem autoria de um governista, o deputado federal José Nélto (PP-GO). O fundo foi recriado em 2023, com previsão de utilização exclusiva para financiar projetos, estudos e empreendimentos de mitigação e adaptação das cidades às mudanças climáticas.

O projeto pode não seguir adiante, mas o resgate da proposta é, em si, mais uma evidência do enfraquecimento da ministra – rota descendente que começou ainda nos primeiros meses de mandato. Em meados do ano passado, o presidente não mexeu um músculo enquanto o Congresso desossava a medida provisória que reestruturava os Ministérios e órgãos ligados à Presidência, prejudicando os Ministérios do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas. Tudo isso em troca da manutenção do poder do núcleo palaciano. Algumas semanas mais tarde, diante da repercussão, Lula vetaria parte do trecho aprovado pelo Legislativo, devolvendo alguns poderes a Marina Silva. Mas deixou claro que ela está entre os nomes que poderiam ser rifados em caso de instabilidade na relação com o Congresso.

Até o caos no Rio Grande do Sul, Lula não havia dado demonstração efetiva de que estava convencido do imperativo da transição energética e da proteção ambiental. O demiurgo petista não hesita em se autoproclamar o herói da floresta quando está diante de plateias internacionais, onde pode se apresentar como o verdadeiro salvador do planeta, mas é enorme o abismo que separa essa retumbante retórica de Lula e a prática de um governo hesitante sobre as mudanças climáticas, consequência inevitável da falta de entusiasmo de Lula com as questões ambientais. Lula, convém lembrar, sempre reclamou de quem atrapalhava as obras de seu governo a pretexto de proteção do meio ambiente, queixa sintetizada na clássica história da peregrina impertinente que atrasava obras: “Não podemos parar tudo por causa de uma peregrina”, dizia ele no segundo mandato, enquanto criticava órgãos de proteção ambiental.

Agora Marina informa que deverá entregar ao presidente um plano de prevenção de acidentes. Quer debater a criação de um estatuto jurídico para reconhecer que existe uma emergência climática permanente. Precisar, no entanto, muito mais do que um bom plano para convencer o chefe de que pode liderar as discussões de longo prazo da transição. E, sobretudo, de que pode ser mais do que um vaso chinês – valioso, mas meramente decorativo – para as ambições de Lula. ●

PREMIUM AND DISTRIBUTED BY: PRESSREADER
PREMIUM@PRESSREADER.COM | +351 217 860 404
Contato: 001 217 860 404

pressreader